

**A CONSTITUIÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL: OS MODOS DE  
CONCEBER E PRATICAR A CULTURA ESCOLAR NO SÉCULO XX**

*The constitution of Basic Education in Brazil: the ways of conceiving and practicing the school culture in the twentieth century*

Alessandra Aparecida de Carvalho\*

---

Souza, Rosa Fátima de. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no Século XX: (ensino primário e secundário no Brasil)**. São Paulo: Cortez, 2008. (Biblioteca Básica de História da Educação Brasileira, v.2). 320p.

---

Nessa primeira década do século XXI, a experiência de escolarização generalizou-se na sociedade brasileira, alcançando um número significativo de crianças e jovens. Diariamente, milhões de estudantes dedicam-se ao estudo de conteúdos curriculares componentes de uma “base comum nacional” definida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9394, de 20 de dezembro de 1996. No entanto, no século XX, o desenho curricular do então denominado ensino primário e ensino secundário era muito diferente do conhecido hoje. Por isso, o objetivo de Rosa Fátima de Souza é reconstituir a história do ensino primário e secundário no Brasil, no século XX, adotando como eixo norteador o currículo e a organização do trabalho pedagógico.

Rosa Fátima de Souza é doutora em educação pela USP e pós-doutora na School of Education, University of Wisconsin-Madison/EUA. É professora adjunta do Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP de Araraquara. Tem muitos trabalhos publicados na área de história da educação, história do currículo e cultura escolar, dentre eles, em 1998, *Templo de Civilização – a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)* e, em 2009, *Alicerces da Pátria: história da escola primária no estado de São Paulo (1890 – 1976)*.

Souza buscou um entendimento do currículo a partir da história dos processos internos da escola, considerando o modo como o conhecimento foi organizado no passado e a dinâmica que moldou uma determinada seleção cultural para as escolas. A organização do trabalho é entendida a partir da diversidade de instituições educativas, da graduação do ensino, da ordenação do tempo, da constituição das classes e séries e da sistemática de avaliação.

*História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX (ensino primário e secundário no Brasil)* é o segundo volume da Coleção Biblioteca Básica de História da Educação Brasileira e oferece uma amostra de como foi consolidado o currículo moderno nas escolas elementares e como uma seleção cultural tendenciosa para o povo deu lugar, em fins do século XX, para a concepção de escola básica.

A obra foi organizada em 3 partes: *A Escola Primária*, *A Escola Secundária* e *A Escola Básica*. A segunda parte foi subdividida em dois capítulos que se somam para o conjunto de quatro capítulos do livro.

---

\* Mestre em Educação pela Universidade Federal de São João del-Rei. Analista Educacional/Pedagoga na Secretaria de Estado de Educação/MG, em exercício na Superintendência Regional de Ensino de São João del-Rei. E-mail: alessandracar13@yahoo.com.br

## A Escola Primária

O primeiro capítulo discute as transformações do currículo da escola primária no período de 1890 a 1960. Os republicanos atribuíam à educação, na transição do século XIX para o século XX, ideais liberais e modelos de modernização educacional em voga em países civilizados “que distinguem entre educação do povo e educação das elites” (p.19).

Nesse período, muitos traços de modernidade brasileira podiam ser notados como a construção de fábricas, arranha-céus e instalação elétrica. Essa modernidade também atinge o campo educacional que começa a adotar o método intuitivo, a construir prédios com suprimentos imobiliários e material didático, formação de professores pelas Escolas Normais e a criação de um serviço de inspeção técnica para a orientação do ensino. Uma das grandes evoluções foi a criação dos Grupos Escolares, organizados nos moldes da escola graduada.

Na perspectiva pedagógica, implicou uma ordenação mais sistemática e regulada do currículo com a distribuição de conteúdos por séries, exigiu mecanismos rígidos de avaliação dos alunos para a classificação em classes e dispositivos minuciosos de controle do tempo (calendário letivo e jornada escolar) ( p.42).

As condições materiais e pedagógicas ancoraram a superioridade dos prédios escolares em relação à simplicidade das escolas isoladas e potencializaram o ensino simultâneo. A graduação do ensino em séries subseqüentes, correspondendo cada uma a um ano letivo permitiu a racionalização curricular. Essa racionalização também atingiu as escolas unitárias que, mesmo tendo um mesmo professor para ensino em diferentes séries de alunos numa mesma classe, contaram com uma ordenação mais orgânica. “Essa unidade temporal, aliada aos horários escolares e aos sistemas de exames formaram uma identidade duradoura na escola primária” (p.44).

A institucionalização da escola pública primária no Brasil, no início do século XX, ocorreu por um processo de múltiplas diferenciações nas diferentes regiões do país: ritmos de expansão, tipos de instituições educativas (grupos, escolas isoladas e escolas reunidas) e no ensino ministrado. As instituições educativas se diferenciavam, principalmente, entre escolas urbanas (4 anos de duração) e escolas rurais (3 anos de duração com programas mais simplificados) e pela separação entre meninos e meninas. Os rígidos critérios de seleção das escolas revelavam as contradições de uma educação voltada para o povo, mas altamente hierarquizada e excludente.

O conhecimento científico na escola primária, durante esse período, esteve muito ligado à aplicação prática, tendo como perspectiva a formação do trabalhador. Não havia articulação entre o ensino primário e o secundário, sendo dado como certo que a maioria das crianças não prosseguiriam os estudos e se inseriam rapidamente no mundo do trabalho, por isso, a introdução de saberes profissionais, como trabalhos manuais e ensino agrícola, foi visto como imprescindível na formação integral.

A partir dos anos 1930, o ensino primário sofreu influências dos ideais da Escola Nova que propunha uma reconstrução dos programas escolares, tendo a criança e a experiência

como fundamentos. No entanto, “as dificuldades de promover a democratização da escola pública e a alta seletividade do ensino primário expunham os limites do ideal civilizador da Escola Nova” (p.86). O acesso das camadas populares ainda era cercado de vários mecanismos de discriminação e exclusão.

### A Escola Secundária

A segunda parte discute a Escola Secundária e foi subdividida em dois capítulos. O segundo capítulo analisa a configuração da cultura humanista no ensino secundário durante a Primeira República.

Os estudos secundários não tiveram um papel central nos projetos republicanos como a educação primária. De acordo com Souza (p. 89),

tratava-se da educação de um grupo social muito restrito, jovens herdeiros da oligarquia agrária, filhos de industriais, grandes comerciantes, profissionais liberais ou da incipiente classe média urbana, cuja formação fundamentada nos estudos desinteressados expressava a distinção cultural de uma elite, destinando-se a uma finalidade muito específica, isto é, a preparação para os cursos superiores.

Essa formação privilegiou a arte de expressão, a erudição lingüística, o escrever e o falar bem, o domínio das línguas estrangeiras e a atração pela estética literária. No início da República, diversas reformas buscaram reestruturar e organizar o ensino secundário até que, nas primeiras décadas do século XX, permaneceram dois sistemas paralelos: estudos regulares realizados nos ginásios estaduais e em alguns privados e estudos parcelados realizados em estabelecimentos particulares.

Nos ginásios e colégios de ensino regular, a formação era mais literária do que científica e buscava desenvolver o domínio da língua e da eloquência, que “favoreciam o exercício do poder aos membros da elite letrada” (p. 93). Durante, todo o século XIX e parte do século XX, houve muitas disputas entre estudos literários e estudos científicos. Mas a proeminência da cultura literária ficou evidenciada pela permanência das línguas clássicas (latim e grego) e línguas modernas (francês, inglês, alemão). O estudo do latim, por exemplo, constituía um símbolo de *status* e servia para impressionar.

O caráter seletivo era marcante no início do século XX. Desarticulada do ensino primário e profissional, com descontinuidade nos planos de estudos e na sequenciação, a educação secundária limitava o acesso das mulheres e excluía a população negra, indígena e as camadas populares.

Na década de 1920, debates envolvendo, sobretudo, partidários da Escola Nova buscaram uma reconstrução do ensino secundário sem perder as características de uma formação de classe de caráter liberal e intelectual e que conciliasse a cultura literária à cultura científica, aliando tradição e modernidade (p.132-133). Esse debate educacional “trazia à tona valores e concepções presentes no debate cultural que há mais de um século confrontava no Ocidente a cultura literária e científica” (p.141).

As décadas de 1930 e 1960 foi um período marcado pela consolidação e redefinição da educação secundária no Brasil. As Reformas “Francisco Campos”, em 1931, e

“Capanema”, em 1942 do Governo Getúlio Vargas fixaram a estrutura organizacional e ratificaram o modelo de escola secundária como educação das elites.

A expansão das matrículas (em 1933, 66.000 matrículas enquanto em 1952, 466.000, e, no ano de 1961, 991.000) parecia dar a esse período o início do processo de democratização da escola secundária, mas representava apenas 10% da população brasileira na faixa etária dos 12 aos 18 anos nesse período.

A Reforma Francisco Campos ressaltou a finalidade educativa e a preparação dos jovens para a vida. Dentre as mudanças implantadas estão a alteração da duração do curso para 7 anos, com ênfase no estudo das ciências físicas e naturais. Dividiu em dois ciclos o ensino secundário: um formativo e um propedêutico. O primeiro ciclo, Comum e Fundamental, teria a duração de 5 anos e seria voltado para formação geral. O segundo ciclo, Complementar, com duração de 2 anos, era dividido em seções de acordo com a escolha do curso superior do estudante.

O ensino foi reestruturado, passando a ser exigido dos estabelecimentos de ensino estudos regulares, seriação, frequência obrigatória, aprovação em todas as disciplinas para promoção a série seguinte e habilitação nos dois ciclos para realização do vestibular, eliminando, dessa forma, os cursos preparatórios e obrigando a passagem pela escola. As avaliações tinham procedimentos rigorosos que serviam para mostrar os mecanismos de seleção e o “símbolo da excelência escolar” (p.152). As indicações didáticas sugeriam o uso do método intuitivo, que era uma renovação para a época.

Para Souza, a Reforma Francisco Campos “instaurou as bases da organização escolar sobre a qual ocorreria a expansão do ensino nas décadas seguintes” (p. 163). As inovações foram significativas, mas ainda manteve a desarticulação ou a dualidade do sistema, que diferenciou uma educação para as elites e outra para as camadas populares. A certificação do ensino secundário significava símbolo de distinção cultural.

Na tentativa de estabelecer um Plano Nacional de Educação, o Estado Novo de Getúlio Vargas instituiu as Leis Orgânicas do Ensino. A Reforma de Gustavo Capanema, em 1942, denominada Lei Orgânica do Ensino Secundário – Decreto Lei 4244 – “recuperou a formação humanista e a concepção do ensino secundário como educação das elites” (p.171).

Gustavo Capanema privilegiou na reforma a formação geral desinteressada, atendendo aos interesses dos grupos conservadores. Estabeleceu dois ciclos: um primeiro de formação geral, com duração de 4 anos e um segundo, com duração de 3 anos, compreendia dois cursos paralelos, o clássico e o científico.

Algumas alterações foram significativas como a padronização dos tipos de estabelecimentos: o ginásio, que oferecia curso de primeiro ciclo e o colégio que, além do curso ginásial, oferecia cursos de segundo ciclo. Os termos ginásial e colegial adquiriram uma identidade duradoura.

Essa reforma deixou marcas duradouras. “A expansão acelerada desse ramo de ensino médio nas décadas de 1940 e 1960 possibilitou a consolidação de um imaginário de excelência escolar cultivado nos ginásios e colégios” (p. 168).

No início dos anos 1950, foram instituídas as chamadas Leis de Equivalência que

representaram um avanço considerável no problema da articulação entre ensino primário e secundário. A democratização das oportunidades educacionais ainda era um dos maiores desafios da educação brasileira, mas as resistências foram significativas porque educadores temiam o comprometimento da qualidade do ensino.

Em fins dos anos 1950, as disciplinas científicas foram confirmadas de forma proeminente e decisiva no currículo do ensino secundário, tanto na concepção de cultura geral quanto de formação para o trabalho.

### A Escola Básica

Nas décadas finais do século XX, a democratização do ensino em todos os níveis foi expressiva. Em contrapartida, “a deterioração da qualidade do ensino foi dramática” (p.227). O aumento das escolas e vagas caminhou junto à flexibilização do sistema de avaliação escolar, com o fim dos exames de admissão, a instituição de processo de recuperação paralela e as notas por conceito.

A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, aprovada em 1961, descentralizou e flexibilizou a educação, dando competência aos Estados para organizar seus próprios sistemas de ensino que, além do mínimo de quatro séries no primário, permitia a extensão para seis anos. A lei fixou os cursos médios com a duração de 7 anos, ministrados em dois ciclos: o ginásial, de 4 anos, e o colegial, de 3 anos. Para ingresso na primeira série, essa lei ainda manteve a exigência do exame de admissão.

Após o Golpe Militar de 1964, O MEC interviu na educação com uma proposta a serviço do desenvolvimento econômico mediante a formação de mão-de-obra qualificada. A integração do primário com o ginásio passou a ser aceita como a medida mais adequada para a constituição da escola fundamental de 8 anos.

A segunda LDB 5692, de 11 de agosto de 1971, evidenciou a centralização e burocratização no campo educacional. Entre as modificações ficaram a extensão da escolaridade obrigatória e a tentativa de eliminação da dualidade do sistema educacional mediante a implantação de uma escola única de 1º e 2º Graus. Eliminou a concepção de ensino primário e ginásial, substituindo por Escola Integrada de Educação Fundamental. O primeiro grau passou a duração de 8 anos letivos e obrigatório dos 7 aos 14 anos de idade. O ensino de 2º Grau, com duração de 3 ou 4 anos, unificou os vários ramos do ensino, o colegial e os técnicos.

A ampliação de vagas com a obrigatoriedade do ensino de 1º Grau demandou uma reestruturação na rede de escolas públicas e privadas. Ao contrário da tendência liberal e flexível da LDB de 1961, a LDB 5692 promoveu uma centralização curricular ao fixar para todas as escolas de 1º e 2º Graus um núcleo comum em âmbito nacional e uma parte diversificada para atender as peculiaridades locais. Propôs uma profissionalização compulsória para o ensino de 2º Grau que visava conter a demanda pelo ensino superior.

Na década de 1970, consolidou-se a supremacia da escola pública. Mas, “o grande contingente de alunos das camadas populares que passaram a ter acesso a escola pública encontrou uma instituição alheia aos seus interesses, às suas necessidades e à sua cultura” (p.283).

Após os anos 1970, a preponderância assumida pela ciência e tecnologia no desenvolvimento econômico e social desvalorizou a cultura humanista e literária do ensino secundário. Políticas de combate a seletividade do ensino foram implementadas na década de 1980, como a experiência dos CBA – Ciclo Básico de Alfabetização – e a Progressão Continuada.

Na década de 1990, a nova LDB 9394, de 20 de dezembro de 1996 reestruturou a educação brasileira, renomeando para Ensino Fundamental o antigo 1º Grau e para Ensino Médio, o 2º Grau. Além da organização em séries, essa lei permitiu a organização em ciclos, grupos não seriados com base na idade, períodos semestrais, reclassificação de alunos e adequação dos calendários às peculiaridades locais. Em relação a avaliação, orientou a concepção de avaliação qualitativa e possibilitou a aceleração de estudos para alunos com atraso escolar.

O trabalho de Rosa de Fátima de Souza contribuiu para mostrar que a seleção curricular na sociedade brasileira foi marcada por muitos conflitos durante todo o século XX até a constituição da escola básica. É uma obra completa que conseguiu reconstituir toda a trajetória do processo de organização das instituições escolares e do currículo durante o século XX no Brasil. Mas também chama a atenção para o grande desafio posto ao século XX: o de democratização da cultura escolar.

*Recebido em março de 2012*

*Aprovado em maio de 2012*